

**PROTEÇÃO**

A Superintendência da Polícia Federal no DF vai instalar um núcleo específico para combater ações contra o meio ambiente. A nova estrutura é reivindicada desde que a APA do Planalto Central foi criada

# PF contra o crime ambiental

César Fechine e André Garcia  
 Da equipe do Correio

A Polícia Federal vai aumentar sua participação no trabalho de combate a crimes ambientais no Distrito Federal. A superintendência regional da PF decidiu criar um núcleo específico na estrutura do órgão para investigar denúncias de crimes contra o meio ambiente e dar suporte a ações de prevenção e fiscalização promovidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pelo Ministério Público Federal.

A implantação do Núcleo de Repressão a Crimes Ambientais no DF já foi autorizada pela superintendência regional da Polícia Federal e o início das operações depende apenas da definição do tamanho da estrutura de pessoal. A previsão é de que o núcleo deverá contar com um delegado titular, um escrivão e um grupo próprio de agentes. Todos se dedicarão exclusivamente à questão ambiental.

“O núcleo será responsável por investigações e ações em toda a área de atuação da superintendência da Polícia Federal, que engloba o Distrito Federal e algumas localidades de Goiás e Minas Gerais”, informou o delegado Luiz Fernando Corrêa, coordenador da área operacional da superintendência regional da PF.

A instalação de um núcleo específico da Polícia Federal para combater crimes ambientais na capital é uma reivindicação do Ministério Público Federal desde a assinatura do decreto de criação da Área de Proteção Ambiental (APA) do Planalto Central, em janeiro de 2002. A lei transferiu para a União a responsabilidade pela fiscalização de 60% das terras do DF e de uma parte do estado de Goiás.

A criação do núcleo também foi defendida pelo grupo federal criado pelo Ministério da Justiça no ano passado para investigar a grilagem de terras no DF. “Essa matéria já vinha sendo tratada desde a decisão do governo de dar tratamento especial à questão ambiental no Distrito Federal”, revelou Corrêa.

Também contribuiu para a decisão uma experiência semelhante implantada com sucesso pela Polícia Federal no Rio de Janeiro. Quando começar a funcionar, o núcleo herdará todos os inquéritos sobre crimes ambientais em andamento na su-

Carlos Moura



MARILENE NOGUEIRA MORA NA FLORESTA NACIONAL DE BRASÍLIA DESDE QUE O SEU BARRACO, EM PLANALTINA, FOI DESTRUÍDO: CONSCIÊNCIA DA ILEGALIDADE

**ILEGALIDADE**

**300**  
**AÇÕES**

*de reintegração de posse já foram ajuizadas pela Procuradoria do Ibama na Justiça*

perintendência regional da PF. “O núcleo também usará informações colhidas pelo grupo federal que trata da grilagem de terras”, disse o delegado, um dos representantes da Polícia Federal na missão especial do Ministério da Justiça.

**FLORESTA NACIONAL**

A previsão de Luiz Fernando Corrêa é de que o núcleo começa a funcionar em pouco tempo. “Já temos um espaço para isso e falta pouco para a implantação efetiva”, garantiu o delegado. A expectativa é de que o grupo possa ajudar na repressão a desmatamentos e tentativas de implantação de loteamentos que ameaçam a APA do Planalto Central. Vistoria feita pelo Instituto Terra Mãe — uma ONG ambientalista — na Floresta Nacional de Brasília (Flona) durante o carnaval, por exemplo, constatou a existência de plantações, barracos, cercas e entulho no local. A floresta está dentro da APA.

“A preocupação com a questão hídrica foi o critério mais relevante para a definição da APA do Planalto Central, mas o problema é que posseiros conti-

nuam lá até hoje”, explicou o presidente da ONG, Adelmo Lima. Chacareiros e posseiros remanescentes nas áreas da Flona estão ampliando o cercamento de áreas, aumentando as culturas vegetais, criando gado e cavalos e até preparando loteamento de terrenos.

Marilene Nogueira Muniz, 38 anos, natural de Barreiras (BA), mora na área 3 da Flona e sabe que está numa unidade de conservação. Ela diz que morava de favor no Jardim Roriz, em Planaltina, e que se mudou para o local quando os sem-terra tentaram se instalar na área. “O Ibama derrubou meu barraco. Na época, eu pedi ao dono desta chácara para ficar e ele autorizou. Essa pessoa dona desta chácara está aqui há 30 anos.”

Em novembro de 1999, uma grande operação de retirada de

aproximadamente 400 famílias de invasores da área 3 da Flona, às margens da DF-180, mobilizou vários órgãos dos governos local e federal. Participaram da operação fiscais da administração de Taguatinga, SivSolo, Caesb, policiais militares, civis, bombeiros e agentes do Ibama, além de representantes do Ministério Público.

Eulália Machado, gerente do Ibama no Distrito Federal, reconhece que o problema envolvendo os posseiros é grave. “Mais de 300 ações de reintegração de posse foram ajuizadas pela Procuradoria do Ibama na Justiça. Mas o processo é lento, a gente não pode chegar e arrancar barraco. Tem caso de posseiro que nasceu dentro da Floresta Nacional”, diz Eulália. Ela afirma que o Ibama tem se concentrado na fiscalização e em evitar que novos ocupantes apareçam.